

# Nanicos temem extinção

Os pequenos partidos estão se mobilizando, em reuniões periódicas, para barrar outro projeto de reforma.

De iniciativa do Legislativo, o objetivo é regulamentar as próximas eleições.

Um de seus artigos propõe a extinção dos partidos pequenos.

O relator da comissão especial da Câmara que estuda o assunto, João Almeida (PMDB-BA), deverá enfrentar dificuldades para concluir seu trabalho, pois são fortes as pressões para preservar as chamados *nanicos*.

O mesmo projeto estabelece mandato-tampão para prefeitos nas próximas eleições, regula o horário eleitoral gratuito nas emissoras de rádio e televisão, e a questão da fidelidade partidária.

Sua amplitude e a quantidade de temas polêmicos que aborda atrapalham suas chances de êxito.

**Assinaturas** — “Temos mais de 240 assinaturas de deputados, inclusive do PMDB e PFL, contrários à extinção dos pequenos partidos”, disse, de São Paulo, por telefone, o líder do PL na Câmara, Valdemar Costa Neto (SP).

“Outro recurso que os pequenos partidos admitem lançar mão, caso a proposta de extinção dos

*nanicos* seja aprovada na Câmara, é recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“Há jurisprudência formada. Na eleição presidencial, o Prona recorreu ao STF e garantiu o direito de concorrer, com o candidato Enéas Carneiro, mesmo não atendendo a todas as exigências da lei”, disse Valdemar.

Outro assunto que os pequenos partidos querem barrar é a questão do mandato-tampão para prefeitos, um tema recorrente na regulamentação de matéria eleitoral.

**Prefeitos** — A proposta, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, estabelece que os atuais prefeitos poderão se reeleger na eleição do ano que vem para um mandato de dois anos.

Desta forma, haveria uma unificação das eleições no País em 1998, em todos os níveis, de presidente da República a vereadores.

“Esta proposta não passa no plenário da Câmara. Só se for mandato tampão de seis anos”, prevê Valdemar.

“Em relação ao horário gratuito no rádio e na televisão, os pequenos admitem rever a divisão do tempo de cada um, levando-se em conta a proporcionalidade”, concluiu o líder do PL na Câmara.